

# A produção do Conhecimento do Espaço Social\*

Maria Thereza Rosa Ribeiro\*\*

---

**Resumo:** Novas abordagens sociológicas elucidam a possibilidade no campo das ciências sociais de estabelecer outra dimensão da construção do mundo social a partir da relação sujeito e objeto. Esta reinvenção sociológica destaca a crítica à teoria do conhecimento que relegou ao objeto de estudo um caráter de exterioridade em relação ao sujeito cognocente, mostrando a relevância das perspectivas que se lançam da dimensão subjetiva à objetiva na produção do conhecimento da sociedade. Através deste recorte teórico pretende-se contribuir para a formulação de políticas sociais que corresponda a necessidades das comunidades e a participação dos agentes sociais envolvidos.

**Palavras-chave:** Teoria do conhecimento; campo acadêmico; paradoxo do sociólogo; formas de sociabilidade; interação social; imagem da cidade; política social.

---

Da variedade de problemas colocados pelos sociólogos e cientistas sociais no estudo da sociedade contemporânea, há uma questão de fundo que discorre da controvérsia sobre a produção do conhecimento da realidade. Trata-se do argumento da tradicional oposição, se assim se pode dizer, da teoria empiricista, segundo a qual a percepção e juízos que os indivíduos fazem do mundo social tomam emprestados da

---

\* Uma versão deste texto foi apresentada no painel: “Construção, ressignificação e produção do espaço sócio – histórico – político - ambiental de Pelotas”, do Seminário: *Saberes e práticas docentes das redes de ensino em Ciências Sociais e Filosofia no século XIX: possibilidades e limites*, realizado pela Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias, CEFET/Pelotas, de 18 a 21 de novembro de 2002.

\*\* Professora do Departamento de Sociologia e Política, do ISP, UFPEL. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós - Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia, na FFLCH, USP.

realidade as suas estruturas, e da teoria construtivista que diz serem os objetos percebidos somente por um ato de construção. Esta oposição teórica atravessa, de diferentes formas, os embates travados no campo das ciências sociais moderna atinentes à relação sujeito - objeto do conhecimento, ao gerar diversas correntes e matizes, ora de interpretações que favorecem a abordagem subjetivista, ora de análises objetivistas da sociedade.

A presença desse dilema, que incide dentro do lugar da produção de conhecimento e de concorrências pelo domínio do saber, resulta na predominância de uma abordagem sobre as outras, inibindo, muitas vezes, a possibilidade de difusão das contendas orientadas ao público mais amplo. Desta forma, como salienta Bourdieu (1983a), a outorga da legitimação cognitiva ao agente produtor se constitui no reconhecimento de sua “autoridade e competência científica” por uma “comunidade” de especialistas. A controvérsia teórica e metodológica no campo científico revela a existência de diferentes postulados que não estão isentos de influências das condições sociais e culturais dos agentes atuantes no “campo de produção científica”. Pode-se acrescentar, ao contrário do que apregoa o formalismo científico aderente à isenção axiológica, que as disputas no terreno da produção do conhecimento estão contaminadas pelas “relações de força e monopólios, ( ) lutas e estratégias, interesses” (Bourdieu, 1983a, p.122; Santos, 1996, p.86), marca indelével da sociedade. As armadilhas de “interesses científicos” e legitimidade de “competências” acabam por encobrir os dilemas do sociólogo – sugerindo a aceitação consensual de uma teoria sobre outras - contudo o exercício do ofício cujo objeto é marcado por contradições e complexidades, não tem fim.

Com o intuito de não limitar esta reflexão ao desenvolvimento dos argumentos de vários autores e às respectivas filiações teóricas - metodológicas, recupera-se a idéia de “paradoxo do sociólogo” - expressão cunhada por Bourdieu (1983b) numa Conferência feita em Pas-de-Calais, em 1977.

O paradoxo contém um elemento comum presente nas formas de conhecimento do empiricismo e do construtivismo, o

qual mobiliza os agentes a apreender a realidade atravessada pela percepção do mundo que os rodeia e percepção do mundo no lugar onde vivem. O entendimento deste elemento comum nos leva ao “problema da relação entre a consciência científica e a consciência comum” (1983b, p.68) enunciado pela ciência moderna e transformado de maneira extrema e absoluta no aporte científico-racionalista. Este modelo inaugurado por René Descarte – em sua obra *Discurso do Método*, de 1637 - condicionou a veracidade do conhecimento à supremacia da produção científica, formulada pelos especialistas em detrimento do conhecimento do senso comum. Descarte

[ ] elevou o direito de duvidar à condição de auto-certeza do ego que pensa e duvida, transformando-o no sólido alicerce da filosofia. Desse modo, ( ) aboliu a existência auto-evidente e pacificamente aceita do mundo em presença da consciência individual, do corpo do eu pensante como componente desse mundo e de outros sujeitos pensantes nesse mundo. Assim, uma filosofia epistemologicamente orientada pôde reivindicar seu papel fundador *vis-à-vis* às ciências (Joas, 1999, p.133).

Esta “dúvida” cartesiana, que ao cabo nada mais é do que as certezas de validades universais e de autoridades “auto-evidentes” e “inquestionáveis”, se confronta à possibilidade de ação “emancipatória do eu pensante ( ) em defesa do enraizamento da cognição em situações concretas” (idem, p.134). O embasamento radical do pressuposto científico cartesiano nos faz questionar e retornar ao paradoxo do sociólogo perguntando: a obra de construção da realidade é um feito do cientista ou do homem comum? Neste último caso, o homem comum faz uso das categorias: continuidade, descontinuidade, ruptura, transformação, diferença e semelhanças etc? De que forma ele as utiliza para compor o quadro compreensivo do seu modo de vida e da sociedade onde vive? Deriva, destas, outras questões: Em que lugar ele as adquire? “Qual é a relação entre as categorias

que constrói a ciência e as categorias que o agente comum coloca em ação em sua prática?” (Bourdieu, 1983b, p.68).

Para respondê-las, evoca-se à perspectiva sociológica relacional de Bourdieu, que estabelece a conexão entre estrutura e ação; objetividade e subjetividade; história e agente social a qual oferece os alicerces da teoria da prática. Segundo ele, o conhecimento é fruto da produção coletiva da sociedade cujos agentes buscam a verdade, a fim de resolver os problemas reais encontrados. No entanto, o reconhecimento das idéias produzidas é recorrente de competições e antagonismos de diferentes formas de representações do mundo social. O autor afirma que os “(...) sistemas de classificação são produtos sociais e, enquanto tais, são lugares de uma luta permanente” (1983b, p. 72). Este sistema, porém, está na cabeça de quase todos os participantes, caso contrário seria impossível a construção de estratégias de ação. Por isso, para Bourdieu, o centro dos debates dos agentes é a classificação do objeto: “(...) [os] agentes passam a vida a se classificar pelo simples fato de se apropriarem de objetos que são também classificados (...); e também a classificar os outros que se classificam, ao apropriarem-se dos objetos que eles classificam” (ibidem).

Há situações concretas a que se revelam os embates entre forças oponentes na sociedade, a exemplo das lutas sindicais; dos movimentos sociais; da elaboração de códigos jurídicos; da construção de projetos pedagógicos, de reforma agrária e urbana, de planos urbanísticos etc.

No cotidiano, também se observam os indivíduos que imputam a representação subjetiva de si mesmo como objetiva. Eles dispõem do uso de palavras cujos significados se transfiguram conforme o *topos* em que se assentam e pronunciam sua fala. Desta forma, o “[ ] dominante é quem possui os meios de impor ao dominado que o perceba como ele quer ser percebido. Na vida política, cada um é objetivista contra seus adversários” (Bourdieu, 1983b, p.73). O espaço social, portanto constitui o lugar histórico das lutas de legitimação do poder, no qual está enraizada a desigualdade social, de sorte que se torna

muito difícil esperar um ponto de vista consensual dos participantes no jogo de disputas pelo reconhecimento de sua produção. Contudo, a busca de soluções dos impasses seculares criados pela forma privada de apropriação da riqueza social e cultural, passa pela participação na esfera pública formada na diferença e oposição, produzida e reproduzida pelas práticas sociais.

Para elucidar este quadro da produção do espaço social tem-se em vista situar a cidade como *locus* da reprodução das contradições sociais. Para isso aponta-se a temática gestão das cidades, ao sublinhar a importância do sentido do *lugar* para o morador da cidade. A exemplo de nossa prática docente, pode-se propor maneiras para desenvolver estudos sobre a cognição dos indivíduos mediante a compreensão do processo perceptivo, em que sucede o conhecimento e se infere significados sobre o lugar ao qual habitamos.

Evidentemente, como afirma Lynch (1985, p.18), sendo a percepção um processo individual, cada um de nós observa uma paisagem diferente. Não apenas vemos paisagens fisicamente diferentes, por conta de nossas capacidades perceptivas individuais, como suas imagens e significados são diferentes. Busca-se, na reconstituição da historicidade do ambiente, entender a forma como ele é lembrado e quais de seus atributos compõem a imagem mental (Lynch, 1985) e a identidade coletiva, como eles se combinam e se estruturam num mapa do *lugar* construído/vivido. O desenho do mapa é composto pela “imagem ambiental” cuja “representação mental”, conforme Lynch (1985, p.12-3), segue o traço generalizado do mundo físico exterior incorporado pelo indivíduo, de sorte que a imagem “é produto simultâneo da sensação imediata e da experiência passada recolhida pela memória”. A *imagem mental*, valendo-se dos componentes - “identidade, estrutura e significação” (p.13-9) -, permite interpretar a informação e orientar a ação a fim de se reconhecer o *lugar* a qual se pertence. Através dela o cidadão se reveste da possibilidade “prática e afetiva” de transformar as relações no espaço social mediante o

processo interativo dos sujeitos que compartilham significados atribuídos por suas vivências.

Algumas indagações, porém, se apresentam aos agentes que formulam as representações instituídas através de políticas sociais, trata-se de compreender: como é possível aos moradores dos bairros periféricos mais pobres da cidade, que vivem situações precárias devido o déficit de infra-estrutura habitacional e de saneamento básico, a baixa escolaridade, o difícil acesso ao atendimento de saúde, partilharem de referências simbólicas construídas pelos observadores os quais elaboram a concepção de pertencimento do lugar do outro, se a sensação imediata do próprio morador advinda da recordação do lugar e da prática cotidiana possui a marca da segregação social? As representações fragmentadas da vida cotidiana dos moradores constituem a contradição interna da imagem mental do lugar de moradia, as quais são compostas pelas categorias das diferenças e carências que levam essencialmente a transgressão do domínio do capital cultural (Bourdieu, 1983a) dos observadores – especialistas. O resultado desse complexo processo social que envolve relações de oposição e contradição configura a desigualdade das escalas do desenvolvimento humano no espaço-tempo local e regional em relação ao nacional e ao global (Harvey, 2004, p.108).

Nesta esteira as políticas sociais ganham legitimidade ao implementarem a assistência enquanto relação social que emerge da desigualdade das forças e de condições materiais. Assim, o pragmatismo dos programas sociais potencializa o morador pobre das cidades a participar do processo político que viabiliza a socialização do acesso aos bens culturais e sociais, a fim de dispô-lo na condição de cidadão.

Por outro lado, a importância deste argumento contribui para desencadear o aparecimento de uma gama de manifestações culturais nas cidades. Haja vista a inclusão cultural que acontece por meio da criação de políticas sociais, pode ensejar formas de sociabilidade advindas de práticas relacionais. O que escapa ao mero discurso da incorporação dos indivíduos na “sociedade

inclusiva” (Fernandes, 1978, vol.2, p.326). Conseqüentemente a realização do processo político torna a interação dos indivíduos, seja na vizinhança, na escola, na universidade, nas associações, nas assembléias promovidas pelo poder público para decidir sobre o orçamento local etc., o espaço social formado pelo entendimento dos atores os quais delineiam a nova esfera pública de participação. Este processo interativo, portanto constitui em uma mudança qualitativa no padrão de cidadania, na medida em que a experiência comunitária em escala local passa a representar a inovação na maneira de intervir na gestão pública nacional mediante as reivindicações de distribuição de recurso econômicos, sociais e culturais.

---

**Summary:** New sociological boarding elucidates the possibility in the field of social sciences to establish another dimension of the construction of the social world from the relation of subject and object. This sociological reconstruction detaches the critical to the knowledge theory that relegated to the study object a character of external in relation to the subject that is going to know the reality, showing the relevance of the perspectives that are launch from the subjective dimension to the objective dimension in the production of the knowledge of the society. Through this theoretical clipping it is intended to contribute for the development of social policy that corresponds to the necessities of the communities and the participation of the involved social agents.

**Key words:** Theory of the knowledge; academic field; paradox of the sociologist; sociality forms; social interaction; image of the city; social policy.

---

## Referências

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: *Pierre Bourdieu. Sociologia.* (org.) Renato Ortiz. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 39), São Paulo: Ática, 1983a.

\_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda, 1983b.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: *Teoria Social Hoje*. (org.) GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

LYNCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. México: Ediciones G. Gili, S.A de C. V., 1985.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Revista Tempo Social*. USP, São Paulo. 10 (1); 1-8, maio, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O social e o político na transição pós-moderna. In: *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Ed. Cortez. 1997.